



DA INCLUSÃO ESCOLAR À INCLUSÃO ACADÊMICA

Drucila Patricia de Oliveira Santis da Luz ¹

Lucélia Rosa Piedade²

Maria Madalena Pãosinho Sampaio³

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Acessibilidade e Educação Especial

RESUMO: O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão acerca da inclusão escolar e acadêmica de pessoas com deficiência visual a partir da narração de suas próprias experiências de vida, em que comparam suas condições de estudo na educação inicial com as da vida universitária. Faz parte dos estudos realizados dentro das atividades realizadas no Núcleo de Educação Especial (NEES/FACED/UNIFESSPA). A metodologia foi baseada em entrevistas com pessoas cegas e baixa visão; foram obtidos relatos de experiência, os quais foram transcritos e textualizados. Com relação à educação básica, foi possível identificar nos relatos as dificuldades e a ausência de materiais didáticos adaptados aos deficientes visuais, a falta de preparação didática de professores com capacidade de atender alunos com deficiência visual nas instituições de ensino, sendo estas o lugar onde a inclusão deveria ocorrer. Em relação a educação acadêmica de acordo com os relatos obtidos, identificamos uma melhoria ao compararmos com a educação básica. Os alunos recebem apoio do NAIA (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica) em relação a materiais pedagógicos adaptados e auxílio de monitores, apesar desse auxílio, concluímos que a ausência de acessibilidade e o despreparo dos professores afetam o desempenho social e escolar do aluno.

Palavras-chave: deficiência visual 1. educação especial 2. relatos de experiência 3.

¹ Drucila Patricia de Oliveira Santis da Luz. Graduada do curso de Licenciatura plena em Pedagogia (FACED/ ICH/ Unifesspa). E-mail: drucilasantis@gmail.com

² Lucélia Rosa Piedade. Graduada do curso de Licenciatura plena em Pedagogia (FACED/ ICH/ Unifesspa). E-mail: luceliapiedade@gmail.com

³ Maria Madalena Pãosinho Sampaio. Graduada do curso de Licenciatura plena em Pedagogia (FACED/ ICH/ Unifesspa). E-mail: madalennasampaio29@gmail.com



UNIFESSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal, no seu artigo 208, inciso III, é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988), exigência que também consta no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigo 54, inciso III, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;" (BRASIL, 1990). Politicamente, a inclusão escolar passou a ser uma obrigação garantida em lei, que leva ao processo de mudança escolar que exige compromisso e envolvimento. As práticas tradicionais hoje não irão dar conta da sala de aula, pois todas as crianças são diferentes e a presença de crianças com deficiência só aumenta essa evidência.

Ao analisar os relatos de experiência de pessoas com deficiência visual, nos deparamos com a questão da educação inclusiva. O presente artigo busca fazer uma reflexão acerca da inclusão escolar e acadêmica de pessoas com deficiência visual a partir da narração de suas próprias experiências de vida.

Tal reflexão se refere ao resultado de um trabalho de pesquisa que foi desenvolvido pelo Núcleo de Educação Especial (NEES). O Núcleo de Educação Especial faz parte da estrutura do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/UNIFESSPA. A escolha da temática foi gerada pela leitura dos relatos de experiência de pessoas com deficiência visual. Observamos que a maioria deles comparava sua experiência da Educação Básica com a que viveram ou vivem na Universidade. O trabalho de pesquisa foi realizado com seis pessoas cegas e baixa visão na faixa etária entre 19 e 47 anos, que estudam ou estudaram na UNIFESSPA⁴ no Campus de Marabá.

Consideramos importante refletir sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência visual em instituições escolares. Colaborar com caminhos para que

⁴ Até 2013 a Unifesspa era uma unidade da UFPA.

o processo de inclusão aconteça em todas as instituições de ensino. Salientar a importância de uma formação que destaque também a acessibilidade, instigando, assim, a inclusão em todos os âmbitos, principalmente no ambiente de ensino e aprendizagem, promovendo uma maior visibilidade para as pessoas com deficiência visual.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O artigo surgiu de um trabalho de pesquisa através de narrativas de relatos de experiência de pessoas com deficiência visual, desenvolvido no Núcleo de Educação Especial (NEES) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. A metodologia desenvolvida se baseou em dois textos: “Histórias de cegueiras” de Kastrup e Pozzana (2016), que colheram histórias de pessoas cegas e “Texto, textualidade e textualização” de Val (2004) que nos orientou quanto à textualização das falas dos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas com seis pessoas com deficiência visual na cidade de Marabá. Cada aluna do Núcleo marcou a entrevista com uma pessoa cega ou de baixa visão, a qual foi gravada sem roteiros, deixando a pessoa com deficiência visual livre para relatar sua história da maneira como achasse melhor. Os entrevistados tinham idades entre 19 a 47 anos, homens e mulheres; entre eles, quatro estão fazendo uma graduação, dois já são graduados, dois já nasceram cegos e quatro perderam ou estão perdendo gradativamente. Dentre os motivos da perda da visão ou baixa visão estão retinose pigmentar, miopia, astigmatismo, degeneração macular da retina, rompimento da córnea, catarata, Stargardt, glaucoma congênito.

Todas as entrevistas foram transcritas exatamente como nos áudios para manter a originalidade e logo após a escrita fizemos a textualização das histórias, transpondo o texto original, que está na forma oral, para a forma escrita. Após a textualização, enviamos os textos para cada entrevistado da história para a confirmação dos textos. Essa etapa foi importante, pois através dela pudemos fazer

correções, inclusão e/ou complementação de partes ou exclusão de outras e os entrevistados entraram em contato com suas histórias.

Não foram mantidos os nomes verdadeiros dos entrevistados devido a alguns entrevistados não terem autorizado, então foi combinado no grupo de pesquisa que usaríamos apenas pseudônimos. As histórias foram lidas em grupo e a maioria delas relata as dificuldades da inclusão encontradas nos primeiros anos de vida escolar e as mudanças encontradas ao entrar na universidade; nesse sentido procuramos abordar no artigo aspectos acerca da inclusão escolar de pessoas com deficiência visual desde a educação básica até a acadêmica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os autores do livro: “Deficiência Visual e Inclusão Escolar: desfazendo rótulos” de Regina Célia Ribeiro de Campos (2016), contribuíram para o entendimento da inclusão, orientação, diálogo e reflexão sobre a deficiência visual no contexto da inclusão educacional. Como incluir a pessoa com deficiência visual (cegueira e baixa visão), nas instituições de ensino, pensando tanto na educação básica quanto no ensino superior? As escolas e universidades estão preparadas para incluir esses alunos? Segundo a LDB (Lei nº 9394/96): “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades”. (BRASIL, 1996). O atendimento a esses alunos está legalmente estruturado e garantido, porém, a inclusão nas escolas precisa ser efetivada e isso ocorre através de processos de intenções, compromisso e ações da escola e da comunidade. Partindo desses processos, a inclusão vai acontecer através da integração dos alunos. Segundo Fortes, Silva e Imaniche, ao propor modos de lidar com a deficiência visual em ambientes inclusivos, têm que pensar o professor como mediador.

Partimos do pressuposto de que os profissionais da educação são mediadores do processo de inclusão escolar, na medida em que possibilita acessibilidade, desde adaptações físicas e pedagógicas, prevenção de

agravamentos até a manutenção da qualidade da autoestima desses alunos. (in CAMPOS, 2016, p. 101).

A compreensão de inclusão não acontece apenas com relação ao meio físico e estrutural; precisa acontecer também primeiramente no meio cultural. Compreendemos dessa forma, quando Silva e Anjos dizem, ao estudar o acesso da pessoa cega ao letramento e alfabetização:

[...] defendemos que o acesso da pessoa cega à leitura e à escrita tem sido limitado pelas interpretações de que o acesso visual ao mundo deve ser privilegiado, não se produzindo modos alternativos e eficientes de incluir a criança cega num contexto de língua escrita. (in CAMPOS, 2016, p. 66).

A escola e o professor têm desafios constituídos pelas crianças de baixa visão, de acordo com Barbosa e Vasconcelos:

Cada criança com baixa visão é única, tem particularidades e necessidades distintas. Por isso, as intervenções e as estratégias devem ser individualizadas. O desenvolvimento da criança cega ou com baixa visão, portanto, dependerá das oportunidades de experiências oferecidas, dos recursos adaptativos e do suporte à criança e a família, pelo professor, pela instituição de ensino e pela equipe. (in CAMPOS, 2016, p. 97).

É importante que esses processos de inclusão aconteçam também no ensino superior. Para garantir e assegurar tal inclusão, o Governo Federal em 2005 criou o Programa Incluir que propõe ações que garantem aos alunos deficientes, acesso às Universidades Federais. Este programa promove a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior.

1.1. Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior. 1.2. Promover ações para que garantam o acesso, permanência e sucesso de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES). 1.3. Apoiar propostas desenvolvidas nas Instituições Federais de Educação Superior para superar situações de discriminação contra esses estudantes. 1.4. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que favoreçam o processo de ensino e de aprendizagem; 1.5. Promover a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e de comunicações. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2010, p. 52).

Notamos que esses processos de inclusão estão assegurados por lei. Através dos relatos teremos uma melhor reflexão sobre a prática inclusão educacional.

No que se referem à inclusão escolar, três entrevistados relatam suas experiências na universidade em relação ao apoio oferecido por ela, Rosa diz que durante sua vida escolar, só veio encontrar um melhor apoio na universidade.

Rosa: Estudava pela manhã e frequentava a sala de recurso à tarde no Acy Barros toda a semana, só que, mesmo com tudo isso, os professores de lá não estavam preparados, não tinha esse acompanhamento que encontro no NAIA, onde tem um apoiador na sala que lê a prova. No ensino médio eu mesmo que lia minhas provas. (p. 5, ls. 204-208).

Rosa: Eu sempre estou no NAIA (Núcleo de Acessibilidade de Inclusão Acadêmica) para saber qual a melhor forma de me ajudar, adaptar material, sempre estão tentando enviar material antecipado, as vezes acontece deles enviarem material atrasados, o computador deles queima, alguma coisa do tipo, mas eu nunca fico prejudicada. (p. 6, ls 221-225)

Ter o apoio necessário traz uma satisfação ao deficiente visual, sente-se mais confiante em seus estudos. Da mesma forma Mário relata que somente na vida acadêmica encontrou maior apoio, uma pessoa que o acompanhe nas atividades.

Mário: [...] que eu entrei para a vida acadêmica, no curso de história, foi algo novo pra mim, em tudo, porque, durante a minha trajetória de estudo, na vida acadêmica foi aonde eu vim encontrar uma pessoa, disponibilizada pela faculdade, uma pessoa pra auxiliar na sala, então isso é bom para a vida do cego. [...] (p. 24, ls. 1088-1092)

Fernanda também relata sobre essa questão da inclusão na educação básica e no ensino superior.

Fernanda: Foi me negado, na verdade, a educação que no caso eu merecia, foi difícil, porque simplesmente eu passei de ano sem ter conhecimento algum; cheguei no ensino médio com a mesma história de não conseguir adquirir conhecimentos também. Foi já no terceiro ano do ensino médio que encontrei professores que me ajudaram realmente no processo de aprendizagem, foi a única série que eu guardo com boas lembranças.

Ao chegar aqui na universidade, já facilitou, por que eu achei que ia ser difícil como o ensino básico e não foi. Já estou há um ano e dois meses no curso de Pedagogia. Entrei no ano de 2016 e estou gostando bastante, os professores já são bem maduros e já conhecem como trabalhar com os alunos com deficiência. Eu não tenho tantas dificuldades, há pessoas que

me ajudam na sala de aula, tenho um acompanhamento, isso é ótimo, por que é algo que eu não tive no ensino básico. Eu tenho dificuldades de atravessar a pista, eu não tenho ninguém para me trazer para universidade e nem para me levar de volta novamente, mas mesmo assim eu consigo ir e vir. (ps. 18-19, ls 823-837).

Quanto ao relato da Fernanda sobre as dificuldades da inclusão na educação básica, Fortes, Silva e Imaniche dizem:

A professora da Educação Básica, ao posicionar-se como mediadora do processo de aprendizagem do aluno cego ou com baixa visão, propor adaptações curriculares e um trabalho pedagógico na perspectiva inclusiva, utilizará sua prática docente para criar situações e atividades que envolvam a turma. (in CAMPOS, 2016, p. 122)

Percebemos quantos benefícios esse cuidado e apoio faz diferença na vida acadêmica da pessoa com deficiência.

Outra diferença entre as experiências escolares e a universidade é o uso de tecnologias assistivas, Rosa diz que somente depois que entrou na universidade, começou a usar essas tecnologias.

Rosa: No ensino médio, eu mesmo lia minhas provas. Quando eu fazia simulado no ensino médio eu sofria porque eu fazia tudo em um dia só, teve uma vez que eu praticamente nem li a metade das questões porque eu não dei conta, foi muito ruim.

Quando eu entro na faculdade, comecei a usar a tecnologia (tecnologia assistiva) que é o DOSVOX5, no computador o Windows NVDA6 com isso, minha vida melhorou porque agora eu consigo ler um livro, um capítulo de um livro bem mais rápido em um dia, que antes levava duas, três semanas, pois eu não dava conta. Então melhorou bastante. (p. 5, ls. 208-216.).

⁵ “O DOSVOX é um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto grau de independência no estudo e no trabalho” (Fonte: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm>) O sistema realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz em Português, sendo que a síntese de textos pode ser configurada para outros idiomas

⁶ “Um leitor de tela é um aplicativo de software que converte um texto em um discurso sintetizado, permitindo o usuário ouvir em vez de visualizar o conteúdo da Internet.[1] Em termos mais formais, o conteúdo mostrado na tela é enviado para uma saída independente da presença de um monitor de vídeo.[2] Então, as interpretações são sintetizadas para os usuários por meio de um sistema texto-voz[3], ícones de áudio[4] ou um dispositivo de saída Braille.[5] Os leitores de tela são uma forma de tecnologia assistiva [...] que são essenciais para pessoas com deficiência visual[5], analfabetas ou com dificuldades de aprendizado (Fonte: Wikipedia)

Mário relata que em sua época de escola ele não era fã de tecnologia, preferia ler, mas admite o quanto isso ajuda a pessoa com deficiência visual.

Mário: Na minha época eu não era muito fã de tecnologia, eu queria ler, porque o computador ele te ajuda mais, porque se professor tiver o texto em PDF ou em DOC, ao mesmo tempo tu pode pegar o texto e ler aquele texto na sala, consegue fazer a tarefa que o professor pede para ti fazer [...] (p. 22, ls. 988-992).

Patrick diz que as primeiras tecnologias que ele conheceu o ajudaram muito nas leituras já na sua segunda graduação.

Patrick: Os primeiros tipos de tecnologias assistivas que me ajudaram foram acessibilidade do computador, o sistema de alto contraste, letras ampliadas, a tela preta em alto contraste, lente de aumento... Na época ainda não usavam sintetizadores de voz. Percebi que eu podia imprimir livros ampliados, fontes ampliadas, durante todo o curso da primeira graduação foi assim, não tinha adaptação nenhuma. No finalzinho foi que eu fui ter acesso ao computador como os altos contrastes e fontes mais ampliadas. Então eu concluí o curso em 2004 e continuei estudando, me dedicando. (p. 8, ls. 345-352).

Patrick: Dentro dessa trajetória que narro de 2000, depois que entrei no CAP eu conheci outras tecnologias assistivas, outros softwares. Isso foi facilitando, na época, como DOS VOX como uso até hoje, mas tem outro sintetizador de voz que eu usei como Jaws, Virtual Vision, Viva Voz, e hoje, muito semelhante nós usamos, nós usamos o NVDA que é um sintetizador de voz muito bom. Hoje eu consigo ler textos longos, livros... Na segunda graduação, eu utilizei essa tecnologia para ler os livros, muitos livros. (p. 10, ls. 429-435).

Evelyn também fala acerca das tecnologias assistivas, e sugere que seria bom se tivesse uma biblioteca digital.

Evelyn: Acho que seria muito bom ter uma biblioteca digital, porque eu não consigo ir à biblioteca, pegar um livro emprestado e ler, acho que uma biblioteca digital seria ótima para todo mundo, porque você poderia ler os livros na sua casa e não precisaria do livro físico, e seria bom o elevador funcionar e não ter que subir a escada todos os dias. (p.3, ls. 97-101).

Fernanda relata que tem o apoio do NAIA para as suas atividades acadêmicas.

Fernanda: [...] Eu estou num eclipse de sobrevivência, a questão de adaptação de material, eu não soffro. O NAIA [Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica] me ajuda bastante. (p. 20, ls. 896- 897).

Analisando os relatos em relação às tecnologias assistivas, podemos concluir o quanto elas o ajudaram nos trabalhos de aprendizado do deficiente visual em sua trajetória acadêmica. Junior e Hammes citam Raposo (2006) identificou que “as tecnologias disponibilizadas para os cegos participantes da educação superior facilitam a sua aprendizagem”. Ou seja, essas tecnologias são instrumentos que favorecem a aprendizagem. Em relação à acessibilidade dentro da universidade encontramos vários relatos, Evelyn fala que ainda falta bastante infraestrutura:

Evelyn: Na universidade ainda falta infraestrutura para uma pessoa com deficiência, falta iluminação, acessibilidade, tem muitos degraus, falta um pouco de conversa com os professores [...] (p. 2, ls. 84-86).

Renato e Fernanda relatam também sobre a questão do acesso dentro da universidade:

Renato: Levei marcas do tempo de universitário e deixei marcas. Recordo que um dia, saindo da sala, bati em uma das colunas que tem no pátio e quando me aproximei do canteiro perto da Xerox, senti algo escorrer em meu rosto, percebendo que era sangue. Uma pessoa percebeu que eu estava sangrando muito, fiquei um pouco triste com essa situação, porém não desisti. (Ls. 728-732)

Fernanda: Na universidade deveria melhorar a acessibilidade, pois eu vejo que não há para o deficiente, e também as pessoas deveriam se conscientizar quanto a tirar as cadeiras do corredor, é o que mais se vê. Há coisas que eu não vejo, tropeço e caio, isso já se tornou normal para mim, eu não sinto mais vergonha. Então o campus aqui tem de melhorar muito, apesar de que eu não consigo andar por ele todo, mas a maior parte que eu ando, eu não sinto essa acessibilidade. Para começar, também deveria ter acessibilidade até dentro da sala mesmo, pro aluno acompanhar o conteúdo, ter computadores, por exemplo. (p. 20, ls. 887-894).

Sobre as questões de acessibilidade acima, Fortes, Silva e Imaniche (2016) dizem que:

É importante identificar, logo no início, se o aluno com deficiência visual foi previamente educado em atividades de vida diária (AVD) e práticas

educacionais para uma vida independente (PEVI) (in CAMPOS, 2016, p.107).

Essas atividades ajudam muito para saber se a pessoa com deficiência consegue se locomover com certa autonomia. Os autores também ressaltam a importância da apresentação do espaço físico da escola e o corpo docente para o deficiente visual para que ele tenha autonomia ao andar pela escola. O aluno com deficiência visual vai precisar de um tempo para explorar esse espaço. Ao apresentar o espaço é importante dizer ao deficiente visual se há alguma barreira arquitetônica para que isso não cause algum tipo de acidente com ele. Essas pequenas orientações são fundamentais para a vida do deficiente visual, pois ele poderá transitar sozinho pelo espaço onde estuda.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a inclusão vem acontecendo lentamente principalmente na educação básica segundo os relatos de vida que analisamos neste trabalho, é perceptível que somente na graduação é que a inclusão foi melhor compreendida, devido aos auxílios oferecidos pelo NAIA.

Incluir é muito mais do que o aluno com deficiência estar na rede regular de ensino. Este estudo nos revela que a presença de alunos com deficiência visual nas instituições de ensino provoca novos desafios. Diante disso, percebe-se que deve haver mudanças nos modelos de práticas pedagógicas que devem ser trabalhadas no sentido de inclusão, para que de forma consistente esses alunos possam aprender com igualdade e demonstrem suas capacidades através de suas atividades educacionais. Enfim, com este estudo percebemos a abrangência do tema e não devemos considerá-lo acabado, o debate e a reflexão continuam.

REFERÊNCIAS

BLANCHI, Adriane Behring; MACUCH, Regiane; BERTOLINI, Sônia Maria Marques Gomes. Desafios dos Alunos com Deficiência Visual no Ensino Superior: Um Relato de Experiência. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, 18 (1): 01-07, jan./mar. 2016 ISSN:

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**

2177-4005. Disponível em: [file:///C:/Users/drusa/Downloads/8076-37519-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/drusa/Downloads/8076-37519-2-PB%20(1).pdf). Acesso em 13 de julho de 2017

BRASIL, CONSTITUIÇÃO Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm acesso em 13 de julho de 2017.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10611373/artigo-54-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990> Acesso em 13 de julho de 2017.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Base (LDB), disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf acesso em 12 de julho de 2017.

CAMPOS, Regina Célia Ribeiro (org). **Deficiência Visual e Inclusão Escolar: desfazendo rótulos.** Curitiba, CRV, 2016.

KASTRUP, Virgínia. **Histórias de cegueiras.** Curitiba, CRV, 2016.

VAL, Maria da Graça Costa. *Texto, textualidade e textualização.* CECCANTINI, J. L. Tápias, Rony F.; ZANCHETTA JR., Juvenal. **Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa v. 1.** São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004. p 113-128.